



Conglomerado Prudencial

Demonstrações Contábeis
Consolidadas

Em 31 de dezembro
de 2020

Índice

• RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
• BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS	6
• DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO	8
• DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE	9
• DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10
• DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA	11
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	12
1. Contexto operacional.....	12
2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.....	12
3. Principais práticas contábeis.....	13
4. Caixa e equivalentes de caixa	19
5. Ativos financeiros	20
6. Investimentos.....	29
7. Imobilizado	30
8. Intangível.....	30
9. Outros ativos	31
10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	31
11. Passivos financeiros	31
12. Ativos e passivos fiscais	34
13. Provisões	38
14. Outros passivos.....	39
15. Patrimônio líquido	40
16. Receitas de prestação de serviços	40
17. Receitas de tarifas bancárias	41
18. Despesas de pessoal.....	41
19. Outras despesas administrativas.....	41
20. Despesas tributárias.....	42
21. Outras receitas.....	42
22. Outras despesas.....	42
23. Partes relacionadas	43
24. Estrutura de gerenciamento de riscos	44
25. Suficiência de capital.....	48
26. Informações complementares	48
27. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.	50
28. Eventos subsequentes	50
• ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	51
• RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	52
• RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	54

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as **demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial Banco Original**, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

O ano de 2020 se mostrou extremamente desafiador com a pandemia de COVID-19 e suas consequências para todos. A atuação do Original foi marcada por diversas ações que tiveram o objetivo de proporcionar tranquilidade e segurança aos nossos colaboradores e apoio aos nossos clientes.

A expansão do *home office* para praticamente 100% dos colaboradores do Original foi rapidamente implementada, garantindo a segurança destes e de seus familiares. Com isso, conseguimos ter foco na assistência aos nossos clientes e rapidamente disponibilizamos novas soluções, sempre digitais e aderentes à nova realidade.

Alguns exemplos de ações foram, o recebimento do benefício emergencial com bônus de até 10%; lançamento do Fique no Verde, linha de crédito com condições especiais para reprogramação dos empréstimos vigentes, o crédito pessoal com pagamento da primeira parcela para 90 dias, o empréstimo protegido com seguro com cobertura contra desemprego, consultoria financeira e auxílio para recolocação, a prorrogação do prazo para pagamento de empréstimos por 90 dias e parcelamento para até 60 vezes e o pagamento de boleto no cartão sem taxa.

A pandemia trouxe um ambiente de insegurança, volatilidade e desafios complexos, com impactos materiais e emocionais para a sociedade em geral. O distanciamento social imposto colocou à prova tradicionais modelos de negócio. Como nascemos digitais, estávamos preparados para continuar a apoiar nossos mais de 4 milhões de clientes - Pessoas Físicas e Empreendedores, sendo que destes, mais de 1 milhão abriram suas contas no Original durante o ano de 2020.

Passamos a atender Pequenas e Médias empresas, último segmento da economia que ainda não estávamos presentes. A mais nova unidade de negócios do Original permite que empresas abram e movimentem plenamente suas contas de forma totalmente digital.

A nossa unidade de *Banking as a Service (BaaS)*, que presta serviços para *Fintechs* e Instituições Financeiras, também apresentou expansão exponencial em 2020. Por exemplo, o Hub de Pagamentos - ligado a liquidação de boletos, guias de impostos e contas de concessionárias - cresceu 14 vezes quando comparado com 2019.

Ainda em 2020 mudamos para a nossa nova Sede concluindo um ciclo de eficiência operacional iniciado em 2019. O edifício APOGEE, localizado na cidade de São Paulo, tem selo Ouro por seu design e construção, seguindo as orientações de eficiência energética e ambiental da *Leadership in Energy and Environmental Design*.

Original

Somos um banco digital, completo (em produtos e serviços) com atendimento humano. Este posicionamento tem atraído cada vez mais clientes do segmento Varejo (PF) e Empreendedores, atingindo 4,1 milhões em dezembro de 2020, o que representa um crescimento de 36% nos últimos 12 meses. Entre os diversos indicadores que demonstram o uso crescente dos produtos e serviços disponibilizados destacamos: crescimento de 85% da carteira de crédito no mesmo período mantendo a melhoria constante em sua qualidade, função direta do modelo de crédito implementado em 2019; elevação da carteira de captação em 81%, atingindo R\$ 2,2 bilhões; aumento de 100% nos pagamentos (*cash out*) realizados pelos clientes nos últimos 12 meses.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No Atacado, contamos com equipe qualificada e dedicada com regras de governança exclusiva para os segmentos (i) *Corporate*, atuando junto a Grandes Empresas no Brasil; (ii) Agronegócios, atuando no segmento de Grandes e Médios Agricultores e Pecuáristas; e (iii) Recebíveis, com produtos de cessão para os segmentos de comércio varejista, atacadista e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

Banking as a service

O BaaS nos posiciona na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para nossos parceiros - *fintechs*, *startups* e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do BACEN, através da divisão denominada Original Hub. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros, tecnologia de ponta e credenciais financeiras, sempre proporcionando a melhor experiência para os clientes.

Em 2020, nos aproximamos ainda mais do mercado alvo com o lançamento do novo portal www.openbanking.com.br.

Alavancas de crescimento e geração de valor futuro

Varejo - Base de clientes crescente e recente: Com mais de 4 milhões de clientes, sendo 1 milhão com abertura de conta nos últimos 12 meses, conjugado com a entrega constante de novos produtos, serviços e experiências, projetamos crescimento ainda mais acelerado no volume de negócios em 2021. Isso se dará também pela contínua atração de clientes em velocidade superior a 2020.

Tecnologia - Movida a API: Encerramos 2020 com um portfólio extenso de APIs, resultado do investimento em tecnologia nos últimos 2 anos. Isso credenciou a unidade *Banking as a Service* junto à comunidade de *Fintechs* e Instituições Financeiras na entrega de soluções de ponta - para consultar nosso portfólio acesse www.openbanking.com.br. O crescimento em 2021 se dará pelo desenvolvimento de novas soluções, crescimento da volumetria de contratos recém ativados e atração de novos parceiros. Negócios com não correntistas, como empréstimo pessoal e cartão de crédito, têm apresentado crescimento em linha com os negócios com clientes diretos. Vemos que em 2021 essa tendência também estará presente.

Original Empresas - Banco digital para Pequenas e Médias Empresas: Inauguramos essa unidade de negócios em setembro de 2020 com um robusto portfólio de produtos e serviços digitais. A proposta de um banco digital para empresas com faturamento de até R\$ 50 milhões foi muito bem recebida pelo mercado, resultando em acelerado fluxo de propostas de aberturas de relacionamento - conta, serviços de *cash management*, operações de crédito, etc. Naturalmente em 2021, com a unidade operando desde o início do ano, apresentaremos crescimento compatível com as oportunidades existentes nesse segmento da economia que estava tão carente de soluções digitais.

Destaques econômicos e financeiros

Resultado bruto da intermediação financeira

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado bruto da intermediação financeira atingiu R\$ 676,1 milhões (R\$ 1,1 bilhão em 2019). Destaca-se o crescimento das rendas com operações de crédito, atingindo R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 819,3 milhões em 31 de dezembro de 2019).

Receitas de prestação de serviços e tarifas

Impulsionadas pelo aumento da base de clientes, as receitas de prestação de serviços e tarifas cresceram 137,4% em 2020.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Despesas administrativas e de pessoal

As despesas administrativas e de pessoal incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 somaram R\$ 1,0 bilhão, representando uma elevação de 18,5% em relação ao mesmo período de 2019, devido, principalmente, à estratégia de investimentos em tecnologia.

Destaques patrimoniais

Carteira de crédito

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo das operações de crédito total somou R\$ 7,4 bilhões (R\$ 6,9 bilhões em 31 de dezembro de 2019). Destaca-se a carteira de crédito pessoa física com um crescimento de 246% em comparação com 31 de dezembro de 2019.

O saldo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é de R\$ 249,2 milhões (R\$ 271,0 milhões em 31 de dezembro de 2019) correspondendo a 3,36% da carteira total.

Ativos totais

O total de ativos somou R\$ 15,2 bilhões em 2020, representando um aumento de 18,7% em comparação a 31 de dezembro de 2019.

Índice de Basileia

De acordo com as normas do BACEN, os conglomerados devem manter um percentual mínimo para os ativos ponderados pelo risco que incidem em suas operações, a fim de preservar a solvência e estabilidade do sistema financeiro em relação às oscilações e adversidades econômicas. O conglomerado encerrou o exercício de 2020 com 10,1% de índice de Basileia. Destacamos o aumento de capital da PicPay Serviços, fato relevante, em nossa nota explicativa 28, de eventos subsequentes.

Títulos e valores mobiliários - Circular nº 3.068/2001 - BACEN

O banco possui títulos classificados na categoria “disponível para venda”, no montante de R\$ 1,4 bilhão, marcados a valor de mercado, sendo 57,2% deste total representado por títulos públicos federais.

Relacionamento com os auditores independentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os auditores independentes prestaram os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados.

Agradecimentos

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 2 de março de 2021

A Administração

Conglomerado Prudencial

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Disponibilidades	4	63.251	71.926
Ativos financeiros		14.681.886	11.273.696
Instrumentos financeiros		14.388.143	10.994.607
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	1.376.951	699.824
Títulos e valores mobiliários	5.b	3.869.310	2.919.721
Derivativos	5.c	79.133	30.448
Relações interfinanceiras	5.d	1.628.759	423.855
Carteira de crédito		7.433.990	6.920.759
Operações de crédito	5.e	5.207.202	4.494.573
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.e	2.475.995	2.697.193
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(249.207)	(271.007)
Outros instrumentos financeiros	5.f	293.743	279.089
Ativos fiscais		617.876	493.474
Ativos tributários correntes	12	62.107	75.199
Crédito tributário	12	555.769	418.275
Investimentos		5.919	5.131
Investimentos em participação em controladas	6	3.955	3.918
Outros investimentos	6	1.964	1.213
Imobilizado		141.801	84.997
Imobilizado de uso	7	228.121	147.367
Depreciação acumulada	7	(86.320)	(62.370)
Intangível		921.195	735.142
Ativos intangíveis	8	1.302.642	1.057.419
Amortização acumulada	8	(381.447)	(322.277)
Outros ativos	9	443.836	222.609
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	10	(13.713)	(14.302)
Total do Ativo		16.862.051	12.872.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Conglomerado Prudencial

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivo			
Passivos financeiros		14.237.156	10.165.380
Depósitos e demais instrumentos financeiros		14.085.597	9.987.053
Depósitos	11.a	8.981.629	5.851.841
Captações no mercado aberto	11.b	52.004	349.225
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.c	4.571.535	3.453.743
Relações interfinanceiras	5.d	459.030	314.046
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.d	5.186	–
Derivativos	5.c	16.213	18.198
Outros passivos financeiros	11.e	151.559	178.327
Passivos fiscais		69.836	163.812
Passivos tributários correntes	12	50.157	77.835
Passivos tributários diferidos	12	19.679	85.977
Provisões	13	59.880	69.305
Outros passivos	14	217.244	190.529
Patrimônio Líquido		2.277.935	2.283.647
Atribuído ao líder do conglomerado		1.857.711	2.096.557
Capital Social	15.a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	15.d	14.417	5.736
Prejuízos Acumulados		(286.707)	(39.180)
Participação das instituições não líderes do conglomerado		<u>420.224</u>	<u>187.090</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.862.051</u>	<u>12.872.673</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Conglomerado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas da intermediação financeira		537.720	854.874	1.224.876	1.717.528
Rendas de operações de crédito	5.e	473.022	524.748	1.658.912	871.233
Resultado em operações com títulos e valores mobiliários	5.b	73.615	383.987	184.720	845.692
Resultado em instrumentos financeiros derivativos	5.c	(2.956)	(73.991)	(691.698)	(28.634)
Resultado em operações de câmbio	5.f	(5.961)	20.130	72.942	29.237
Despesas da intermediação financeira		(143.763)	(300.388)	(538.789)	(620.462)
Despesas em operações de captação no mercado	11.c	(143.633)	(310.604)	(419.122)	(630.638)
Despesas em operações de empréstimos e repasses	11.d	(130)	10.216	(119.667)	10.176
Resultado bruto da intermediação financeira		393.957	554.486	686.087	1.097.066
Resultado das provisões para perdas		(6.182)	(97.839)	(141.034)	(166.704)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(27.439)	(111.890)	(174.467)	(196.941)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo		21.257	14.051	33.433	30.237
Receitas / (despesas) operacionais		(563.783)	(546.861)	(1.167.884)	(910.354)
Receitas de prestação de serviços	16	93.654	63.597	142.734	80.537
Receitas de tarifas bancárias	17	111.611	12.989	125.284	23.862
Despesas de pessoal	18	(284.741)	(206.470)	(550.496)	(346.689)
Outras despesas administrativas	19	(458.592)	(345.535)	(773.581)	(555.971)
Despesas tributárias	20	(69.108)	(36.453)	(108.536)	(65.186)
Resultado de participações em controladas	6	(9.539)	(12.234)	(23.873)	(15.824)
Outras receitas	21	47.742	4.320	126.810	14.351
Outras despesas	22	5.190	(27.075)	(106.226)	(45.434)
Resultado antes dos tributos e participações		(176.008)	(90.214)	(622.831)	20.008
Imposto de renda e contribuição social	12	41.951	115.604	178.273	36.265
Provisão para imposto de renda		(3.021)	(26.522)	(5.211)	(26.812)
Provisão para contribuição social		(1.196)	(16.338)	(2.096)	(16.480)
Ativo fiscal diferido		46.168	158.464	185.580	79.557
Participação nos lucros		(7.624)	(32.051)	(36.563)	(59.808)
Resultado líquido		(141.681)	(6.661)	(481.121)	(3.535)
Resultado atribuído à instituição líder do conglomerado		(28.534)	8.242	(248.430)	8.822
Resultado atribuído às instituições não líderes do conglomerado		(113.147)	(14.903)	(232.691)	(12.357)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Conglomerado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido	(141.681)	(6.661)	(481.121)	(3.535)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Ativos financeiros				
Variação do valor justo	(4.718)	(8.336)	36.294	5.925
Efeito dos tributos	2.123	3.751	(16.332)	(2.666)
Hedge				
Variação do valor justo	3.090	(2.250)	(21.819)	(1.476)
Efeito dos tributos	(455)	1.013	10.753	664
Outros resultados abrangentes das instituições não líderes do conglomerado	(563)	(50)	(804)	(114)
Outros Resultados Abrangentes	(523)	(5.872)	8.092	2.333
Resultado Abrangente	(142.204)	(12.533)	(473.029)	(1.202)
Resultado abrangente atribuído à instituição líder do conglomerado	(28.709)	2.420	(239.750)	11.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Conglomerado Prudencial
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Subtotal	Participação instituições não líderes	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.130.001	3.289	(45.952)	2.087.338	136.463	2.223.801
Aumento de capital		–	–	–	–	3.000	3.000
Ajuste investimento		–	–	(2.050)	(2.050)	68.162	66.112
Outros resultados abrangentes	15.d	–	2.447	–	2.447	(114)	2.333
Resultado líquido		–	–	8.822	8.822	(12.357)	(3.535)
Destinações							
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	(8.064)	(8.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	187.090	2.283.647
Mutações do período		–	2.447	6.772	9.219	50.627	59.846
Saldo em 30 de junho de 2019		2.130.001	11.558	(45.372)	2.096.187	139.421	2.235.608
Aumento de capital		–	–	–	–	3.000	3.000
Ajuste investimento		–	–	(2.050)	(2.050)	67.686	65.636
Outros resultados abrangentes	15.d	–	(5.822)	–	(5.822)	(50)	(5.872)
Resultado líquido		–	–	8.242	8.242	(14.903)	(6.661)
Destinações							
Juros sobre o capital próprio		–	–	–	–	(8.064)	(8.064)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	187.090	2.283.647
Mutações do período		–	(5.822)	6.192	370	47.669	48.039
Saldo em 31 de dezembro de 2019		2.130.001	5.736	(39.180)	2.096.557	187.090	2.283.647
Integralização de capital		–	–	–	–	3.000	3.000
Aumento de capital		–	–	–	–	588.489	588.489
Outros resultados abrangentes	15.d	–	8.896	–	8.896	(804)	8.092
Ajuste participação controlada PicPay		–	–	903	903	(125.075)	(124.172)
Resultado líquido		–	–	(248.430)	(248.430)	(232.691)	(481.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.632	(286.707)	1.857.926	420.009	2.277.935
Mutações do período		–	8.896	(247.527)	(238.631)	232.919	(5.712)
Saldo em 30 de junho de 2020		2.130.001	14.592	(258.238)	1.886.355	(57.982)	1.828.373
Integralização de capital		–	–	–	–	3.000	3.000
Aumento de capital		–	–	–	–	588.489	588.489
Outros resultados abrangentes	15.d	–	40	–	40	(563)	(523)
Ajuste participação controlada PicPay		–	–	65	65	212	277
Resultado líquido		–	–	(28.534)	(28.534)	(113.147)	(141.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		2.130.001	14.632	(286.707)	1.857.926	420.009	2.277.935
Mutações do período		–	40	(28.469)	(28.429)	477.991	449.562

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

Conglomerado Prudencial

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nota	01/07 a 01/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Fluxos de caixa provenientes das operações					
Resultado líquido		(141.681)	(6.661)	(481.121)	(3.535)
Ajustes ao resultado líquido		149.086	(111.429)	340.674	(114.227)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	27.439	111.890	174.467	196.941
Provisão/(reversão) da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		(589)	695	(589)	4.374
Resultado de participações em controladas	6	9.539	12.234	23.873	15.824
Depreciações e amortizações	19	70.397	58.820	135.493	110.918
Resultado de variação cambial		70.331	(17.644)	21.809	53.852
Prejuízo na alienação de valores e bens		892	2.320	785	4.023
Tributos diferidos		(46.168)	(158.464)	(185.580)	(79.557)
Provisão/(reversão) da provisão para contingências cíveis e trabalhistas	13	10.241	(28.083)	9.425	(27.890)
Provisão/(reversão) da provisão para participação nos lucros e resultados		7.624	32.051	36.563	59.808
Ajuste ao valor justo em instrumentos financeiros		(685)	(125.248)	123.525	(452.520)
Outros ajustes		65	-	903	-
Resultado ajustado antes dos tributos e participações		7.405	(118.090)	(140.447)	(117.762)
Variações patrimoniais		(334.379)	168.546	(308.129)	39.419
(Aumento)/redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		(658.972)	(209.009)	(676.826)	(162.013)
(Aumento)/redução em título e valores mobiliários para negociação		(48.198)	575.132	(1.447.894)	335.892
(Aumento) / redução em instrumentos financeiros derivativos		29.920	(8.372)	(44.680)	(12.787)
Variação líquida em relações interfinanceiras		(303.987)	(327.521)	(1.059.920)	(276.751)
(Aumento) / redução em carteira de crédito		(960.321)	(587.792)	(846.503)	(1.470.527)
(Aumento) / redução em outros instrumentos financeiros		81.366	(35.099)	15.960	(16.488)
(Aumento) / redução em ativos fiscais		(15.675)	101.383	61.178	(24.286)
(Aumento) / redução em outros ativos		(73.108)	39.454	(222.012)	230.827
(Redução) / aumento em passivos financeiros		1.702.683	635.602	3.928.777	1.296.253
(Redução) / aumento em passivos fiscais		12.248	(61.356)	32.057	82.807
(Redução) / aumento em provisões		(20.483)	53.247	(18.850)	55.779
(Redução) / aumento em outros passivos		(79.762)	10.860	(9.848)	19.457
Imposto de renda e contribuição social pagos		(90)	(17.983)	(19.568)	(18.744)
Caixa gerado / (utilizado) nas operações		(326.974)	50.456	(448.576)	(78.343)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
(Aquisição/aumento) em investimentos		(8.663)	(10.194)	(24.608)	(14.079)
(Aquisição) de imobilizado de uso		(49.204)	(42.412)	(126.995)	(46.200)
Alienação de imobilizado de uso		25.862	66	35.083	81
(Aquisição/ativação) de intangíveis		(152.990)	(163.980)	(290.676)	(210.414)
Alienação/baixa de intangíveis		3.998	392	4.238	599
(Aquisição/aumento)/alienação de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(283.225)	85.454	(522.369)	339.173
Caixa utilizado nas atividades de investimentos		(464.222)	(130.674)	(925.327)	69.160
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Variação da participação das instituições não líderes do conglomerado		283.320	63.761	465.825	63.841
Dividendos/juros sobre o capital próprio pagos		-	(8.064)	-	(8.064)
Caixa gerado nas atividades de financiamento		283.320	55.697	465.825	55.777
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa		(507.876)	(24.521)	(908.078)	46.594
Saldo inicial	4	884.253	1.308.976	1.284.455	1.237.861
Efeito das mudanças de taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(136)	-	(136)	-
Saldo final	4	376.241	1.284.455	376.241	1.284.455
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(507.876)	(24.521)	(908.078)	46.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Original (conglomerado), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes deste conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do Banco Original S.A., uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através das carteiras comerciais, de investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento; do Banco Original do Agronegócio S.A., que opera como banco múltiplo autorizado pelo BACEN e desenvolve suas operações por meio das carteiras comerciais, de crédito imobiliário e financiamento, independentemente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações contábeis consolidadas determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil; e da Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A., instituição autorizada pelo BACEN, que opera na forma de uma plataforma peer to peer, promovendo o investimento e o crédito entre pessoas físicas; do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay, fundo de investimentos em direitos creditórios controlado pelo Banco Original S/A, a Original APP Ltda, entidade desenvolvedora das tecnologias que marcam a atuação do Banco Original e da PicPay Serviços S/A, entidade controlada pelo Banco Original.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas pela Administração em cumprimento à Resolução 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela lei das sociedades por ações, com observância às demais normas e instruções do CMN e do BACEN.

A Administração levou em consideração também, a Resolução BCB nº 2, que consolidou critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN.

A adoção da Resolução BCB nº 2 resultou em alteração da apresentação, **nomenclaturas** e grupamentos do balanço patrimonial, tais como ativos financeiros incluindo operações de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões. As contas passaram a ser apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. A Administração entende que essa forma de apresentação proporcionará informação mais relevante e confiável aos leitores destas demonstrações contábeis. Tais alterações não impactaram o resultado ou o patrimônio líquido, tampouco geraram impacto material à comparabilidade dos saldos.

Uso de estimativas e julgamentos sobre valores reportados

Os valores de determinados ativos, passivos, receitas e despesas são definidos com base em estimativas e premissas validadas pela Administração. As estimativas e premissas são revisadas e validadas de maneira contínua. A realização desses valores pode divergir do estimado e, nesse caso, revisões serão reconhecidas prospectivamente.

Os principais valores que possuem risco de gerar ajuste em períodos subsequentes são:

- Provisões e contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros;
- Determinados critérios de provisionamento para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- Expectativa de consumo de créditos tributários, conforme a estimativa de disponibilidade de lucro tributável futuro.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis consolidadas

Entidades controladas

		31/12/2020		31/12/2019
		Atividade	Ações e/ou cotas	Participação
Original Asset Management Ltda.	Administração de carteiras/fundos	1.999.800	99,99%	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de seguros	885.550	19,90%	19,90%
Original Investimentos Imobiliários Ltda.	Investimentos imobiliárias	99.999	99,99%	99,99%

Entidades consolidadas nas demonstrações contábeis

		31/12/2020		31/12/2019
		Atividade	Ações	Participação
Agência no exterior				
Banco Original Cayman Island Branch	Instituição financeira/ agência no exterior	-	100,00%	100,00%
Não controladas				
Banco Original do Agronegócio S.A.	Instituição financeira	102.192.983	-	-
Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A. ⁽¹⁾	Sociedade de empréstimo entre pessoas físicas	3.000.000	-	-
Controladas				
Original App Ltda.	Prestação de serviços	3.449.655	99,99%	99,99%
Picpay Serviços S.A.	Instituição de pagamento	10.276	22,69%	18,91%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios PicPay	FIDC	-	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ A instituição iniciou suas atividades em julho de 2020.

Descrição das principais práticas de consolidação

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram adotados critérios em conformidade com o Cosif, especificamente em relação às normas do conglomerado prudencial.

O valor total do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado líquido das entidades que compõem as demonstrações consolidadas são:

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Banco Original		Banco Original do Agronegócio		Crednovo
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020
Total do ativo	15.248.323	12.844.506	158.403	160.316	1.568
Total do passivo	13.390.612	10.747.949	21.070	23.541	514
Patrimônio líquido	1.857.711	2.096.557	137.333	136.775	1.054
Resultado líquido	(248.430)	8.822	868	8.942	(1.946)

	Original APP Ltda		FIDC PicPay		PicPay Serviços	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total do ativo	28.413	6.571	428.468	456.876	2.228.156	661.934
Total do passivo	11.566	2.963	62	5.090	1.857.711	611.494
Patrimônio líquido	16.847	3.608	428.406	451.786	370.445	50.440
Resultado líquido	13.239	1.016	266.257	57.153	(275.560)	(36.569)

Nos procedimentos de consolidação, foram eliminados os ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações entre o Banco Original, a agência nas Ilhas Cayman, o Banco Original do Agronegócio, a Crednovo, a Original APP, o FIDC PicPay e a PicPay Serviços.

A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial foi aprovada pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2021.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas de forma consistente e uniforme são:

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo princípio da competência, observando-se o critério “pro rata” dia para as de natureza financeira, incluindo efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Ativos financeiros

Instrumentos financeiros

Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Os títulos são considerados como ativo circulante independentemente de sua data de vencimento;
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado, são reconhecidos em conta destacada do Patrimônio Líquido sob o título de “outros resultados abrangentes” e esses ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação no resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido;
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais, observando-se:

- I - Na hipótese de transferência da categoria títulos para negociação para as demais categorias, não será admitido o estorno dos valores já computados no resultado decorrentes de ganhos ou perdas não realizados;
- II - Na hipótese de transferência da categoria títulos disponíveis para venda, os ganhos e perdas não realizados, registrados como componente destacado no Patrimônio Líquido, devem ser reconhecidos no resultado do período;
- III - Na hipótese de transferência da categoria títulos mantidos até o vencimento para as demais categorias, os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos.

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1 - Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

Nível 2 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

Nível 3 - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados na data de sua aquisição, de acordo com a intenção do conglomerado em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não. Os derivativos utilizados para proteger exposições de risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- *Hedge* de investimento no exterior - *hedge* de fluxo de caixa - A parcela efetiva de *hedge* dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos, quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Carteira de crédito

Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 com as alterações introduzidas pela Resolução 2.697/2000, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, são baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como “operações com retenção substancial dos riscos e benefícios”, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

As classificadas como “operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios”, com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das “operações com transferência” e as “operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios”, com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual o conglomerado continua exposto às variações no valor do ativo transferido. O passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observadas as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

O conglomerado adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas - outros créditos com características de concessão de crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

Com o objetivo de atenuar os impactos da COVID-19 na economia, o CMN flexibilizou temporariamente a caracterização de um ativo problemático, permitindo que situações de incapacidade financeira da contraparte para honrar a obrigação nas condições pactuadas e reestruturação da operação relativa à exposição deixem de ser consideradas indicativos de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020.

Outros instrumentos financeiros

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

d) Créditos tributários

Constituídos com base nas alíquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base.

e) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos, sistemas de processamento de dados e veículos - cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - dez anos.

g) Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas de forma linear, com período entre 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo.

h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

k) Passivos financeiros

Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

l) Provisões

Passivos contingentes - cíveis, trabalhistas e fiscais

Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações contábeis dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos.

Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações contábeis em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

m) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal.

A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%).

n) Programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS

O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em “despesas tributárias”.

o) Outros passivos

Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

p) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente corresponde as atividades típicas do conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas do conglomerado e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

q) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações contábeis e a data de sua emissão, sendo divulgados em conformidade com a Resolução CMN nº 3.973/11.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	63.251	71.926
Em moeda nacional	27.165	16.341
Em moedas estrangeiras	36.086	55.585
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (1)	312.990	212.489
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	312.990	12.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN	–	199.997
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	–	100.200
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários (1)	–	899.840
Títulos públicos federais pós-fixados livres	–	899.840
Total	376.241	1.284.455

(1) Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

5. ATIVOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros

a) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Composição

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	1.242.990	–	1.242.990	254.172
Posição Bancada	1.242.990	–	1.242.990	242.602
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	312.990	–	312.990	42.605
Notas do Tesouro Nacional - NTN	930.000	–	930.000	199.997
Posição Financiada	–	–	–	11.570
Letras do Tesouro Nacional - LTN	–	–	–	209
Debêntures	–	–	–	3.862
Certificado de depósitos bancários	–	–	–	7.499
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		8.918	8.918	366.689
Aplicações em Moedas Estrangeiras	125.043	–	125.043	78.963
Total	1.368.033	8.918	1.376.951	699.824

Resultado

	01.07 a 31.12.2020	01.07 a 31.12.2019	01.01 a 31/12/2020	01.01 a 31/12/2019
Resultado em títulos no exterior	(6.686)	61.993	27.240	65.111
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez	10.266	15.637	29.017	47.875
Total	3.580	77.630	56.257	112.986

b) Títulos e valores mobiliários

Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado

	Nível	31/12/2020						31/12/2019	
		Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Valor justo			Valor contábil	Valor contábil
					Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
1 - Títulos para negociação		2.484.991	15.512	14.107	31.619	914.851	1.539.926	2.500.503	2.078.331
Carteira própria		2.195.193	7.475	–	21.518	842.886	1.338.264	2.202.668	1.330.519
Títulos públicos									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	287.258	259	–	21.518	23.732	242.267	287.517	210.165
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.907.935	7.216	–	–	819.154	1.095.997	1.915.151	1.120.354
Títulos privados		6.607	7.587	14.107	87	–	–	14.194	193.922
Ações de companhias abertas ⁽¹⁾	1	6.520	7.587	14.107	–	–	–	14.107	191.886

Conglomerado Prudencial
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	Nível	31/12/2020						31/12/2019	
		Valor de custo	Marcação a mercado	Valor justo				Valor contábil	Valor contábil
				Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Debêntures	2	87	–	–	87	–	–	87	2.036
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		206.314	406	–	–	36.045	170.675	206.720	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	206.314	406	–	–	36.045	170.675	206.720	–
Títulos privados		10.008	6	–	10.014	–	–	10.014	49.262
Debêntures		10.008	6	–	10.014	–	–	10.014	49.262
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		66.869	38	–	–	35.920	30.987	66.907	480.391
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	–	–	–	–	–	–	–	71.177
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	66.869	38	–	–	35.920	30.987	66.907	409.214
Outros		–	–	–	–	–	–	–	24.237
Cotas de fundos	2	–	–	–	–	–	–	–	24.237
2 - Títulos disponíveis para venda		1.349.264	19.543	140.727	181.287	501.950	544.843	1.368.807	841.390
Carteira própria									
Títulos públicos		1.175.209	17.632	–	181.287	493.442	518.112	1.192.841	419.000
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	375.244	277	–	181.287	167.124	27.110	375.521	–
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	43.159	12	–	–	–	43.171	43.171	278.071
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	756.806	17.343	–	–	326.318	447.831	774.149	140.929
Títulos privados		121.238	1.325	115.923	–	–	6.640	122.563	118.962
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	5.180	1.309	–	–	–	6.489	6.489	–
Debêntures	2	–	–	–	–	–	–	–	2.799
Cotas de fundos	2	115.923	–	115.923	–	–	–	115.923	116.163
Outros	2	135	16	–	–	–	151	151	–
Vinculados a compromissos de recompra									
Títulos públicos		–	–	–	–	–	–	–	303.428
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	–	–	–	–	–	–	–	303.428

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2020							31/12/2019	
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Valor justo			Valor contábil	Valor contábil
					Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Vinculados a prestação de garantias									
Títulos públicos		28.013	586	—	—	8.508	20.091	28.599	—
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	4.795	1	—	—	—	4.796	4.796	—
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	23.218	585	—	—	8.508	15.295	23.803	—
Outros		24.804	—	24.804	—	—	—	24.804	—
Cotas de fundos	2	24.804	—	24.804	—	—	—	24.804	—
Total		3.834.255	35.055	154.834	212.906	1.416.801	2.084.769	3.869.310	2.919.721

(1) Ações da JBS S.A.

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado em títulos de renda fixa	68.904	98.269	122.736	191.724
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5 a)	(6.686)	61.993	27.240	65.111
Resultado em títulos no exterior (nota 5 a)	10.266	15.637	29.017	47.875
Resultado em títulos de renda variável	1.131	208.088	5.727	540.982
Total	73.615	383.987	184.720	845.692

c) Derivativos

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas;
- **Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

• **Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

Composição da carteira por indexador

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
1 - Non deliverable forward						
Posição ativa	991.616	64.486	61.984	1.419.701	19.921	17.532
Prefixado	–	–	(31)	382.817	6.075	6.345
Real	–	–	–	170	1.506	1.478
Dólar	990.697	64.486	62.015	1.036.714	12.340	9.709
Euro	919	–	–	–	–	–
Posição passiva	991.616	(2.839)	(2.131)	1.419.701	(11.801)	(15.359)
Prefixado	991.616	(2.839)	(2.131)	1.036.649	(2)	(14.681)
Real	–	–	–	235	(69)	–
Dólar	–	–	–	380.371	(667)	(552)
Euro	–	–	–	2.446	(11.063)	(126)
Diferencial líquido	–	61.647	59.853	–	8.120	2.173
2 - Swap						
Posição ativa	594.749	8.679	17.149	751.758	2.929	12.455
Prefixado	237.820	64	2.166	233.113	28	1.691
CDI	284.701	190	4.410	392.845	2.141	8.664
Dólar	72.228	8.425	10.573	125.800	760	2.100
Posição passiva	594.749	(13.822)	(14.082)	751.758	(2.341)	(1.863)
Prefixado	284.701	(72)	(429)	348.954	(75)	(41)
CDI	88.734	–	–	88.129	(216)	(41)
Dólar	221.314	(13.750)	(13.653)	314.396	(2.050)	(1.781)
Euro	–	–	–	279	–	–
Diferencial líquido	–	(5.143)	3.067	–	588	10.592
3 - Opções						
Posição ativa	–	–	–	37.966	–	461
Compra de opções	–	–	–	37.966	–	461
Posição passiva	–	–	–	37.966	–	(976)
Venda de opções	–	–	–	37.966	–	(976)
Diferencial líquido	–	–	–	–	–	(515)
4 - Futuros						
Posição ativa	2.999.674	–	–	2.061.342	–	–
DI	891.400	–	–	1.860.700	–	–
DDI	1.444.683	–	–	–	–	–
BGI	–	–	–	18.897	–	–
Dólar	660.412	–	–	178.358	–	–
Euro	3.179	–	–	3.387	–	–
Posição passiva	5.517.299	–	–	5.803.150	–	–
DI	3.625.700	–	–	2.651.500	–	–
DDI	1.891.599	–	–	2.745.310	–	–
BGI	–	–	–	5.101	–	–
Dólar	–	–	–	401.239	–	–

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Composição da carteira por vencimento e valor diferencial

	31/12/2020			31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
<i>Non deliverable forward</i>	41.078	18.775	–	59.853	2.173
<i>Swap</i>	(10.823)	520	13.370	3.067	10.592
Compra de opções	–	–	–	–	461
Venda de opções	–	–	–	–	(976)
Total	30.255	19.295	13.370	62.920	12.250

Resultado com derivativos

	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
<i>Non deliverable forward</i>	35.591	11.604	221.023	7.901
Dólar	(13.733)	(76.875)	14.299	(84.624)
Moedas	3.795	98	6.176	(159)
Opções	645	518	1.951	1.216
Futuro de dólar	1.565	(1.187)	917	2.668
Milho	–	(19)	45	(51)
S&P	16	(67)	16	60
COE	–	–	–	5
Índice	(365)	436	(241)	977
BGI	(1.338)	(1.423)	(2.244)	(1.277)
DI	(10.193)	20.081	(2.949)	46.997
<i>Swap</i>	3.491	13.877	(9.261)	25.726
DDI ⁽¹⁾	(22.430)	(41.034)	(921.430)	(28.073)
Total	(2.956)	(73.991)	(691.698)	(28.634)

(1) Os instrumentos DDI contratados junto à B3 têm basicamente a finalidade de compensar riscos decorrentes da exposição de ativos financeiros à variação cambial.

Hedge de investimento líquido no exterior

O conglomerado contrata instrumentos derivativos na gestão de riscos (variação cambial) do seu investimento no exterior (agência nas Ilhas Cayman), cuja moeda de suas operações é o dólar.

O conglomerado documenta a relação entre instrumento de hedge e seu investimento no exterior (US\$ 10.000), bem como os testes de efetividade de forma contínua.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos têm seu componente eficaz registrado contabilmente no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o valor eficaz registrado no patrimônio líquido foi de R\$ 21.041 líquidos dos efeitos tributários e o impacto no resultado do componente inefetivo foi de R\$ 7.550 (R\$ 552 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) contabilizado na rubrica de resultado em instrumentos financeiros derivativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Hedge de risco de mercado

As operações objeto de proteção através de estruturas de hedge accounting são títulos de renda fixa emitidos pelo conglomerado que fornecem recursos financeiros para a expansão de seus negócios ao serem adquiridos por investidores que, por sua vez, serão remunerados por uma taxa pré-fixada determinada no momento da emissão de referidos títulos.

Item objeto de hedge é o conjunto de captações pré-fixadas com prazo superior a 2 anos realizadas pelo conglomerado, excluindo seus spreads de crédito, conforme definido adiante em seção específica.

Instrumentos de hedge são contratos de DI1 futuro negociados na B3, registrados no conglomerado e identificados, na sua originação, como pertencentes à estratégia de *hedge accounting*.

Optou-se por caracterizar esse conjunto de operações como “*hedge* de risco de mercado”, baseado na Circular 3.082 BACEN, datada de 30 de janeiro de 2002.

A estratégia de *hedge* de risco de mercado passa por evitar oscilações temporais de resultado oriundos de variações no mercado de juros em reais. Uma vez que esse risco é compensado, o que se procura é indexar a carteira ao DI, através da utilização dos derivativos (DI1 futuro).

O hedge é contratado de modo a contrapor a exposição total ao risco de mercado da carteira de captações pré-fixadas, excluindo a parcela da remuneração pré-fixada representada pelo spread de crédito (risco próprio do conglomerado), procurando obter o casamento mais próximo possível de prazos e volumes.

O *hedge* das captações é feito por meio da contratação de DI1 Futuro na B3. O gerenciamento do hedge não é feito operação por operação, mas sim para o conjunto de captações (objetos de *hedge*) originadas em determinado período (safra mensal, que pode ser alterada em função do volume de novas operações, de acordo com a avaliação da administração).

Caso a efetividade seja comprovada dentro do intervalo de 80 a 125%, tanto o instrumento de *hedge* (derivativo), quanto o objeto de *hedge* (captações pré-fixadas com prazos superiores a 2 anos) são mensurados a valor justo, e o efeito do ajuste ao valor justo é reconhecido em resultado.

Tal prática será descontinuada prospectivamente caso:

- O instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, terminado ou exercido;
- O *hedge* deixar de satisfazer as condições de efetividade;
- For revogada a designação.

A descontinuidade prospectiva se dará de forma a não se apurar a variação do ajuste ao valor justo do mês em que ocorreu a inefetividade e apropriar ao longo da vida das operações de objeto de *hedge* o ajuste ao valor justo acumulado até o último período em que as condições de efetividade foram satisfeitas.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de risco de mercado têm seu registro contábil no resultado. Em 31 de dezembro de 2020, o valor do passivo ajustado a valor justo é de R\$ 25.086 (R\$ 378.715 em 31 de dezembro de 2019), gerando uma despesa no exercício de R\$ 22.149 (receita de R\$ 2.938 no exercício de 2019). A taxa de efetividade do hedge foi de 96,72%.

Conglomerado Prudencial
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

d) Relações interfinanceiras
Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Créditos vinculados		
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	91.310	11.655
Pagamentos instantâneos	77.967	–
Moeda eletrônica	6.229	7.312
Microfinanças	6.954	4.008
Correspondentes no país	160	335
Pagamentos e recebimentos a liquidar		
Direitos junto a participantes do sistema de liquidação	1.537.449	412.200
Recebíveis de transação de pagamento ⁽¹⁾	1.537.449	412.181
Cheque e outros papéis remetidos	–	19
Total	1.628.759	423.855
Circulante	1.628.759	423.855
	31/12/2020	31/12/2019
Passivo		
Obrigações junto a participantes do sistema de liquidação	75	8
Cheque e outros papéis recebidos	75	8
Transações de pagamento	458.955	314.038
Cartões de crédito	458.955	314.038
Total	459.030	314.046
Circulante	459.030	314.046

⁽¹⁾ Refere-se basicamente aos valores a receber junto à instituições participantes de arranjo de pagamento.

e) Operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito
Composição da carteira por produto

	31/12/2020	31/12/2019
Operações de crédito	5.207.202	4.494.573
Empréstimos e títulos descontados	2.682.259	2.074.325
Financiamentos à exportação	2.021.735	2.024.152
Financiamentos rurais e agroindustriais	212.392	60.294
Títulos descontados	146.819	132.091
Financiamentos imobiliários	141.350	203.309
Adiantamentos a depositantes	2.647	402
Outros créditos com características de concessão de crédito	2.475.995	2.697.193
Direitos creditórios	1.956.194	2.232.239
Operações com cartões de crédito	458.763	297.401
Outros	61.038	167.553
Subtotal	7.683.197	7.191.766
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(249.207)	(271.007)
Total	7.433.990	6.920.759
Circulante	6.549.510	4.703.579
Não circulante	884.480	2.217.180

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resultado de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de financiamentos	26.719	139.229	802.845	202.719
Rendas de empréstimos	224.769	321.324	416.747	595.691
Rendas de títulos descontados	149.447	69.317	287.557	84.345
Resultado com cessão de créditos sem coobrigação	70.774	–	150.158	–
Resultado com cessão de créditos com coobrigação	1.227	1.775	1.402	1.776
Rendas de adiantamentos a depositantes	86	368	203	408
Perdas com créditos incobráveis	–	(7.265)	–	(13.706)
Total	473.022	524.748	1.658.912	871.233

Composição da carteira por ramo de atividade

	31/12/2020	Concentração	31/12/2019	Concentração
Setor Privado				
Comércio	2.322.372	30,23%	2.164.019	30,10%
Rural	2.200.011	28,63%	2.012.436	27,98%
Pessoas físicas	1.564.019	20,36%	890.552	12,38%
Serviços	768.277	10,00%	835.262	11,61%
Indústria	409.834	5,33%	1.033.522	14,37%
Financeiro	146.007	1,90%	–	0,00%
Outros	272.677	3,55%	255.975	3,56%
Total	7.683.197	100,00%	7.191.766	100,00%

Composição da carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2020	31/12/2019
Operações em curso normal											
Parcelas vincendas	1.426.180	5.034.536	318.470	232.600	43.071	122.952	20.846	59.360	29.333	7.287.348	6.728.011
1 a 30 dias	326.578	2.531.016	161.686	92.796	610	96	415	96	562	3.113.855	3.342.272
31 a 60 dias	124.218	372.689	26.851	42.045	1.525	70	29	23	129	567.579	410.570
61 a 90 dias	35.965	154.996	1.446	354	256	63	61	54	77	193.272	272.757
91 a 120 dias	106.942	117.918	1.418	40.100	2.749	59	53	47	120	269.406	195.911
121 a 150 dias	97.537	136.486	15.503	293	152	77	115	55	136	250.354	1.260.638
151 a 180 dias	438.247	638.965	8.344	3.543	217	142	87	89	190	1.089.824	318.687
181 a 360 dias	273.507	449.295	53.779	7.875	1.783	1.191	1.012	951	1.014	790.407	562.843
Acima de 360 dias	23.186	633.171	49.443	45.594	35.779	121.254	19.074	58.045	27.105	1.012.651	364.333
Parcelas vencidas	–	230.730	21.321	5.351	3.636	1.359	1.281	842	3.653	268.173	233.858
Até 14 dias	–	230.730	21.321	5.351	3.636	1.359	1.281	842	3.653	268.173	233.858
Subtotal	1.426.180	5.265.266	339.791	237.951	46.707	124.311	22.127	60.202	32.986	7.555.521	6.961.869
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	–	–	11.336	16.474	12.015	9.690	6.105	5.168	66.888	127.676	229.897
15 a 30 dias	–	–	11.336	1.744	579	224	165	81	1.829	15.958	25.856
31 a 60 dias	–	–	–	14.730	2.066	472	271	278	2.647	20.464	35.775
61 a 90 dias	–	–	–	–	9.370	1.225	382	305	4.049	15.331	25.598
91 a 120 dias	–	–	–	–	–	7.769	631	283	4.108	12.791	26.028
121 a 150 dias	–	–	–	–	–	–	4.656	392	3.727	8.775	19.414
151 a 180 dias	–	–	–	–	–	–	–	3.829	5.165	8.994	17.917
181 a 360 dias	–	–	–	–	–	–	–	–	45.363	45.363	79.309
Subtotal	–	–	11.336	16.474	12.015	9.690	6.105	5.168	66.888	127.676	229.897
Total	1.426.180	5.265.266	351.127	254.425	58.722	134.001	28.232	65.370	99.874	7.683.197	7.191.766

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Concentração das operações de crédito

	31/12/2020	% da Carteira	31/12/2019	% da Carteira
Dez maiores devedores	807.938	10,52%	842.696	11,72%
Quarenta maiores devedores seguintes	1.710.021	22,26%	1.752.258	24,37%
Oitenta maiores devedores seguintes	1.406.195	18,30%	1.065.336	14,81%
Demais devedores seguintes	3.759.043	48,92%	3.531.476	49,10%
Total	<u>7.683.197</u>	<u>100,00%</u>	<u>7.191.766</u>	<u>100,00%</u>

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Nível de risco	% Provisão	31/12/2020			31/12/2019		
		Valor presente das operações	Provisão mínima requerida	Provisão adicional	Provisão existente	Valor presente das operações	Provisão existente
AA	0%	1.426.180	-	-	-	1.681.434	-
A	0,5%	5.265.266	(26.326)	-	(26.326)	4.591.540	(23.073)
B	1,0%	351.127	(3.511)	-	(3.511)	260.392	(2.640)
C	3,0%	254.425	(7.633)	-	(7.633)	311.247	(11.514)
D	10,0%	58.722	(5.872)	-	(5.872)	38.298	(9.475)
E	30,0%	134.001	(40.200)	-	(40.200)	140.516	(58.157)
F	50,0%	28.232	(14.116)	-	(14.116)	1.625	(813)
G	70,0%	65.370	(45.759)	(5.916)	(51.675)	44.711	(43.332)
H	100,0%	99.874	(99.874)	-	(99.874)	122.003	(122.003)
Total		<u>7.683.197</u>	<u>(243.291)</u>	<u>(5.916)</u>	<u>(249.207)</u>	<u>7.191.766</u>	<u>(271.007)</u>
Circulante					(121.036)		(185.052)
Não circulante					(128.171)		(85.955)

Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	(334.743)	(210.719)	(271.007)	(199.165)
Constituição	(27.439)	(111.890)	(174.467)	(196.941)
Baixa para prejuízo	112.975	51.602	196.267	125.099
Saldo final	<u>(249.207)</u>	<u>(271.007)</u>	<u>(249.207)</u>	<u>(271.007)</u>

No exercício findo em 31 de dezembro 2020 a recuperação de operações de crédito baixadas para prejuízo soma de R\$ 33.433 (R\$ 30.237 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), sendo R\$ 21.257 durante o segundo semestre (R\$ 14.051 durante o segundo semestre de 2019).

No exercício findo em 31 de dezembro 2020 o volume de créditos renegociados foi de R\$ 1.080.919 (R\$ 259.210 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019) e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas das operações é de R\$ 80.075 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 40.428 em 31 de dezembro de 2019).

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f) Outros instrumentos financeiros

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Valores Banco 24 Horas e em trânsito	233.098	87.997
Direitos sobre venda de câmbio	53.015	154.107
Negociação e intermediação de valores	6.716	27.871
Rendas a receber de adiantamentos de câmbio concedidos ⁽¹⁾	899	–
Relações interdependências	15	9.114
Total	293.743	279.089
Circulante	293.743	279.089

⁽¹⁾ Compõem o saldo de outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 5 e).

Resultado em operações de câmbio

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Rendas de câmbio	47.937	99.668	250.869	191.450
Despesas de câmbio	(53.898)	(79.538)	(177.927)	(162.213)
Total	(5.961)	20.130	72.942	29.237

6. INVESTIMENTOS

Investimentos em participação em controladas

Controladas	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020		31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Aportes de capital e outros eventos	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
Original Asset Management Ltda.	3.323	41	–	3.364	232
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	495	(23.914)	23.910	491	(16.056)
Original Investimentos Imobiliários	100	–	–	100	–
Total	3.918	(23.873)	23.910	3.955	(15.824)

Outros investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos	1.511	765
Obras de arte	443	448
Outros	10	–
Total	1.964	1.213

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

7. IMOBILIZADO

Composição

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	127.710	(21.953)	105.757	43.145
Sistemas de processamento de dados	97.615	(63.328)	34.287	41.771
Sistemas de segurança e comunicações	2.648	(891)	1.757	81
Veículos	148	(148)	–	–
Total	228.121	(86.320)	141.801	84.997

Movimentação

	30/06/2020	Movimentação de 01/07 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	77.500	43.135	(7)	(14.871)	105.757
Sistemas de processamento de dados	58.186	5.124	(25.855)	(3.168)	34.287
Sistemas de segurança e comunicações	941	945	–	(129)	1.757
Total	136.627	49.204	(25.862)	(18.168)	141.801

	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação	Saldo contábil
Instalações, móveis e equipamentos de uso	43.145	85.946	(8.811)	(14.523)	105.757
Sistemas de processamento de dados	41.771	39.083	(26.209)	(20.358)	34.287
Sistemas de segurança e comunicações	81	1.966	(63)	(227)	1.757
Total	84.997	126.995	(35.083)	(35.108)	141.801

8. INTANGÍVEL

Composição

	31/12/2020		31/12/2019	
	Custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Gastos com desenvolvimento	958.308	(329.102)	629.206	602.788
Software	263.053	(52.345)	210.708	71.037
Mais valia em investimentos em controladas	81.281	–	81.281	61.317
Total	1.302.642	(381.447)	921.195	735.142

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação

	30/06/2020	Movimentação de 01/07 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Gastos com desenvolvimento	626.580	57.061	(3.998)	(50.437)	629.206
Software	116.571	95.929	–	(1.792)	210.708
Mais valia em investimentos em controladas	81.281	–	–	–	81.281
Total	824.432	152.990	(3.998)	(52.229)	921.195

	31/12/2019	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020			31/12/2020
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização	Saldo final
Gastos com desenvolvimento	602.788	129.125	(4.238)	(98.469)	629.206
Software	71.037	141.587	–	(1.916)	210.708
Mais valia em investimentos em controladas	61.317	19.964	–	–	81.281
Total	735.142	290.676	(4.238)	(100.385)	921.195

9. OUTROS ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio - imóveis	155.604	123.003
Valores a receber de sociedades ligadas	139.528	3.174
Devedores diversos no país	62.515	24.075
Despesas pagas antecipadamente	41.340	33.517
Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas	12.408	9.139
Devedores por depósitos em garantia - contingências fiscais	10.576	10.212
Devedores por depósitos em garantia - contingências cíveis	5.878	7.501
Outras rendas a receber	5.362	109
Adiantamentos a fornecedores	3.906	7.435
Rendas a receber	2.337	3.392
Adiantamentos salariais	2.243	1.052
Devedores por compra de valores e bens	1.773	–
Outros	366	–
Total	443.836	222.609
Circulante	73.622	53.683
Não circulante	370.214	168.926

10. PROVISÕES PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
	Saldo contábil	Saldo contábil
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	(13.713)	(14.302)
Total	(13.713)	(14.302)

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

11. PASSIVOS FINANCEIROS

Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos

Composição

					31/12/2020	31/12/2019
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	515.406	–	–	–	515.406	369.234
Pessoas físicas	246.785	–	–	–	246.785	153.802
Pessoas jurídicas	194.515	–	–	–	194.515	100.180
Vinculados	74.095	–	–	–	74.095	115.252
Pessoas jurídicas ligadas	11	–	–	–	11	–
Contas pré pagamento	1.226.208	–	–	–	1.226.208	85.252
Depósitos interfinanceiros	–	–	73.658	511.084	584.742	134.020
Depósitos a prazo	–	1.697.313	2.269.059	2.688.901	6.655.273	5.263.335
Em moeda nacional	–	524.592	1.749.165	2.688.901	4.962.658	5.263.328
Em moeda estrangeira	–	1.172.721	519.894	–	1.692.615	7
Total	1.741.614	1.697.313	2.342.717	3.199.985	8.981.629	5.851.841

O conglomerado emite CDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 150% do CDI (90% e 129,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e em operações pré-fixadas entre 2,00% ao ano e 19,6% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

O conglomerado emite RDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 101,5% e 106% do CDI (90% e 129,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e em operações pré-fixadas entre 2,15% ao ano e 19,6% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019).

b) Captações no mercado aberto

Composição

	Até 3 meses	Total	Total
Carteira própria			
Títulos públicos	42.000	42.000	299.997
Letras do Tesouro Nacional	42.000	42.000	–
Notas do Tesouro Nacional	–	–	299.997
Títulos privados	10.004	10.004	49.228
Debêntures	10.004	10.004	49.228
Total	52.004	52.004	349.225

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

c) Recursos de aceites e emissão de títulos

Composição

				31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Letras de crédito do agronegócio ⁽¹⁾	488.000	610.294	1.022.289	2.120.583	1.528.559
Letras de crédito imobiliária ⁽²⁾	239.356	578.693	1.027.027	1.845.076	1.864.281
Letras financeiras ⁽³⁾	5.454	547.043	53.379	605.876	60.903
Total	732.810	1.736.030	2.102.695	4.571.535	3.453.743

(1) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 1,31% e 8,6% a.a. (5,03% e 13,26% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(2) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 122% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 1,27% e 8,61% a.a. (3,79% e 15,25% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

(3) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 121% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, taxa de 22,1% (22,1% em 31 de dezembro de 2019).

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
	Captação com depósitos	(153.805)	(202.278)	(344.095)
Depósitos à prazo	(148.040)	(198.248)	(335.577)	(405.867)
Depósitos interfinanceiros	(5.765)	(4.030)	(8.518)	(9.219)
Captação no mercado aberto	(886)	(2.899)	(1.928)	(3.768)
Carteira própria	(886)	(2.899)	(1.928)	(3.758)
Carteira de terceiros	-	-	-	(10)
Recursos de aceite e emissão de títulos	(74.552)	(99.673)	(153.246)	(201.150)
Letras de crédito do agronegócio	(27.307)	(46.519)	(62.840)	(99.116)
Letras financeiras	(12.249)	(4.832)	(18.955)	(9.696)
Letras de crédito imobiliárias	(34.996)	(48.322)	(71.451)	(92.338)
Contribuições ordinárias	(5.200)	(5.754)	(10.663)	(10.620)
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(5.200)	(5.754)	(10.663)	(10.620)
Certificado de operações estruturadas	-	-	-	(14)
Variação cambial	90.810	-	90.810	-
Total	(143.633)	(310.604)	(419.122)	(630.638)

d) Obrigações por empréstimos e repasses no país

Composição

			31/12/2020	31/12/2019
	Até 3 meses	Total	Total	Total
Funcafé - custeio	2.594	2.594	-	-
Funcafé - capital de giro	2.592	2.592	-	-
Total	5.186	5.186	-	-

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Resultado

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas com banqueiros no exterior	–	–	(135.023)	(2)
Despesas com repasses instituições oficiais	(130)	(61)	(300)	(497)
Despesas com empréstimos no exterior	–	10.277	–	10.675
Variação cambial	–	–	15.656	–
Total	(130)	10.216	(119.667)	10.176

e) Outros passivos financeiros

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por transações de pagamento	84.766	22.847
Carteira de câmbio passiva	50.766	148.059
Negociação e intermediação de valores	8.511	1.121
Relações interdependências	–	2.558
Outros	7.516	3.742
Total	151.559	178.327
Circulante	151.559	178.327

12. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Ativos tributários correntes

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição social a compensar	31.559	28.510
Imposto de renda a compensar	18.864	40.838
COFINS a compensar	150	68
PIS a compensar	33	15
Outros	11.501	5.768
Total	62.107	75.199
Circulante	62.107	75.199

Passivos tributários correntes

Composição

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre salários	29.512	19.446
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	7.221	3.024
Provisão para imposto de renda	5.212	26.812
Provisão para contribuição social	2.096	16.480
Outros	6.116	12.073
Total	50.157	77.835
Circulante	50.157	77.835

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Ativos tributários diferidos

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	509.619	382.041	418.275	333.025
Constituições	128.842	42.270	307.014	184.832
Reversões	(82.692)	(6.036)	(169.520)	(99.582)
Saldo final	555.769	418.275	555.769	418.275
Circulante			38.048	111.684
Não circulante			517.721	306.591

Passivos tributários diferidos

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	21.615	230.880	85.977	84.272
Constituições	143.908	191.100	189.600	387.275
Reversões	(145.844)	(336.003)	(255.898)	(385.570)
Saldo final	19.679	85.977	19.679	85.977
Circulante			19.679	85.977

Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas “créditos tributários” e “passivos tributários diferidos”, respectivamente.

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado antes dos tributos deduzido das participações nos lucros	(183.632)	(100.425)	(659.394)	(17.485)
Resultado de participações em coligadas e controladas	9.539	14.088	23.873	16.813
Outras diferenças permanentes - CSLL	53.656	(2.232)	2.018	(1.506)
Outras diferenças permanentes - IRPJ	53.763	(2.139)	2.218	250
Outros ajustes	1.195	-	(2.315)	-
Base de cálculo - CSLL	(119.242)	(88.569)	(635.818)	(2.178)
Base de cálculo - IRPJ	(119.135)	(88.476)	(635.618)	(422)
CSLL ⁽¹⁾	34.016	66.723	94.854	37.038
IRPJ - 25% deduzidos os incentivos fiscais	7.935	48.881	83.419	(773)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	41.951	115.604	178.273	36.265
Encargo líquido de IRPJ e CSLL	41.951	115.604	178.273	36.265

(1) Para as instituições financeiras integrantes deste conglomerado, os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 20%. Para as instituições não financeiras, os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 9% (Não houve constituição de créditos tributários em 2019 para instituições não financeiras).

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Créditos tributários

Os créditos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (alíquotas de IRPJ 25% e CSLL 20%).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando o lucro tributável for apurado.

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo fiscal	760.121	363.023
Crédito de IRPJ sobre prejuízo fiscal - 25%	190.030	90.756
Base negativa de contribuição social	680.440	367.806
Crédito de CSLL sobre base negativa ⁽¹⁾	136.088	73.561
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	299.639	322.859
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	35.430	35.658
Provisão para contingências trabalhistas	41.373	36.114
Provisão para contingências cíveis	9.575	25.891
Provisão para despesas administrativas	21.702	60.833
Provisão para perda no valor recuperável dos bens não de uso	13.713	14.302
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	36.544	15.444
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste positivo ao valor de mercado de títulos - 4,65%	(1.699)	(718)
Ajustes futuro DI e DDI	13.890	-
PIS/COFINS diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(646)	-
Perdas em operações de crédito	34.581	30.679
Outras diferenças temporárias	1.021	21.693
Total de diferenças temporárias - IR/CS	505.123	562.755
Créditos tributários sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	126.281	140.689
Créditos tributários sobre diferenças temporárias de CSLL ⁽¹⁾	101.025	112.551
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos	36.544	15.444
Ajustes futuro DI e DDI	13.890	-
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	50.434	15.444
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do crédito de PIS e COFINS diferidos	2.345	718
Total do ativo fiscal diferido	555.769	418.275
Circulante	38.048	111.684
Não circulante	517.721	306.591

⁽¹⁾ Para as instituições financeiras integrantes deste conglomerado, os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 20%. Para as instituições não financeiras, os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 9% (Não houve constituição de créditos tributários em 2019 para instituições não financeiras).

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Passivos tributários diferidos

	31/12/2020	31/12/2019
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	22.130	151.230
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	19.250	10.340
PIS/COFINS diferidos sobre o ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação - 4,65%	(1.924)	(7.513)
Ajustes futuro - DI e DDI	–	20.101
PIS / COFINS diferidos sobre o ajuste futuro DI e DDI - 4,65%	–	(935)
Outras diferenças temporárias	–	421
Total de diferenças temporárias - IRPJ	39.456	173.644
Débitos sobre diferenças temporárias de IRPJ - 25%	9.864	43.306
Débitos sobre diferenças temporárias de CSLL ⁽¹⁾	7.891	34.224
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação e derivativos	22.130	151.230
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	19.250	10.340
Ajustes futuro - DI e DDI	–	20.101
Base de cálculo do ativo fiscal diferido de PIS e COFINS	41.380	181.671
Alíquota de PIS / COFINS	4,65%	4,65%
Total do débito de PIS e COFINS diferidos	1.924	8.447
Total do passivo fiscal diferido	19.679	85.977
Circulante	19.679	85.977

⁽¹⁾ Para as instituições financeiras integrantes deste conglomerado, os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 20%. Para as instituições não financeiras, os créditos tributários foram constituídos com base na alíquota de 9% (Não houve constituição de créditos tributários em 2019 para instituições não financeiras).

Expectativa de realização dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	31/12/2020		
Ano	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido	Valor líquido dos impostos diferidos
2021	38.048	19.679	18.369
2022	139.372	–	139.372
2023	118.025	–	118.025
2024	186.787	–	186.787
2025	73.537	–	73.537
Total	555.769	19.679	536.090

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Valor presente dos créditos tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2020, considerando a taxa de captação projetada, é de R\$ 502.424 (R\$ 384.363 em 31 de dezembro de 2019).

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

13. PROVISÕES

Contingências cíveis e trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis	9.933	25.896
Provisões trabalhistas	<u>49.947</u>	<u>43.409</u>
Total	<u>59.880</u>	<u>69.305</u>
Não circulante	59.880	69.305

Provisões cíveis

Estas ações são decorrentes de: 1 ação com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, 2 ações de contratos de financiamento, 3 execuções e 4 ações de indenização por perdas e danos.

Para os processos cíveis elencados na categoria cível massificados (crédito consignado), as provisões são feitas por histórico de condenações de processos nos últimos 12 meses. As categorias massa especial (ações cíveis oriundas do banco digital), especial (ações cíveis valoradas acima de R\$200mil) são feitas de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, revisitamos o procedimento de provisionamento das contingências cíveis originadas no Banco Matone referentes aos processos do crédito consignado e aperfeiçoamos o processo, que passou a ser por análise individualizada de cada processo e não mais pela média histórica, o que permitiu uma redução na provisão de R\$ 3.375.

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	14.259	16.645	25.896	16.916
Constituição	2.519	14.695	5.184	18.216
Reversão	<u>(6.845)</u>	<u>(5.444)</u>	<u>(21.147)</u>	<u>(9.236)</u>
Saldo final	<u>9.933</u>	<u>25.896</u>	<u>9.933</u>	<u>25.896</u>

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 5.878 (R\$ 7.501 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

Provisões trabalhistas

São ações movidas pelos sindicatos, associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas. A provisão para os processos trabalhistas (ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros) é feita de acordo com a opinião legal dos assessores jurídicos externos e sua constituição é realizada sempre que a perda for avaliada como provável.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Movimentação

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Saldo inicial	55.862	24.577	43.409	24.499
Constituição	8.986	24.078	33.196	24.093
Atualização monetária	(7.180)	2.199	(5.527)	2.315
Reversão	(7.721)	(7.445)	(21.131)	(7.498)
Saldo final	49.947	43.409	49.947	43.409

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 12.408 (R\$ 9.139 em 31 de dezembro de 2019).

O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até quatro anos.

Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

São processos nas esferas cível, trabalhista e fiscal, classificados com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

	31/12/2020	31/12/2019
Processos cíveis	49.643	41.959
Processos trabalhistas	15.944	22.293
Processos fiscais	53.414	9.750
Total	119.001	74.002

14. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para despesas de pessoal	105.062	100.643
Provisão para despesas administrativas	60.437	37.483
Credores diversos - no país	42.109	20.496
Valores a pagar de sociedades ligadas	3.031	12
Resultado de exercícios futuros	2.946	18.237
Provisão para fianças prestadas	1.605	6.036
Tributos municipais	457	18
Tributos federais	355	763
Juros sobre capital próprio a distribuir	-	2.550
Outros	1.242	4.291
Total	217.244	190.529
Circulante	214.298	172.292
Não circulante	2.946	18.237

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) capital social

Instituição líder do conglomerado

O capital social, totalmente subscrito e integralizado está assim representado

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De domiciliados no país	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.053.913	76.088	2.130.001

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% sobre o lucro do exercício, limitada a 20% do capital social. Poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital exceder 30% do capital social. Somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária

A legislação vigente e o estatuto social facultam à administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à reserva legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para reserva estatutária, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, poderá ser utilizada para distribuição de dividendos aos acionistas.

c) Dividendos/juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado o direito aos dividendos mínimos obrigatórios, podendo também ser distribuídos sob a forma de juros sobre o capital próprio, correspondente a 25% do lucro do período, deduzida a parcela destinada a reserva legal.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 não foram deliberados dividendos ou juros sobre o capital próprio (R\$ 8.064 em 2019).

d) Outros resultados abrangentes

Refere-se ao ajuste ao valor justo líquido de impostos relativo aos títulos públicos representados por NTN, LTN, títulos privados e swap destinado para hedge do capital da agência nas Ilhas Cayman, no montante de R\$ 14.417 (R\$ 5.736 em 31 de dezembro de 2019).

16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	01/07 a	01/07 a	01/01 a	01/01 a
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Transações de pagamento	45.678	–	64.296	–
Comissões de cartões	35.682	24.520	58.868	31.520
Cobrança e arrecadações	8.014	4.223	11.806	7.736
Garantias prestadas	2.751	3.493	5.594	7.312
Serviços de tecnologia	1.091	–	1.091	–
Prestação de serviços de assessoria financeira	438	17.757	1.079	18.427
Outras	–	13.604	–	15.542
Total	93.654	63.597	142.734	80.537

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

17. RECEITAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Tarifas	111.611	12.989	125.284	23.862
Total	111.611	12.989	125.284	23.862

18. DESPESAS DE PESSOAL

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Proventos	(172.118)	(133.615)	(342.790)	(223.531)
Encargos	(66.333)	(40.711)	(122.674)	(68.849)
Benefícios	(36.624)	(27.320)	(72.296)	(45.515)
Indenizações trabalhistas	(7.640)	(3.750)	(8.909)	(7.501)
Outras	(2.026)	(1.074)	(3.827)	(1.293)
Total	(284.741)	(206.470)	(550.496)	(346.689)

19. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Serviços do sistema financeiro	(149.955)	(112.131)	(219.685)	(154.513)
Processamento de dados	(121.106)	(52.360)	(194.322)	(101.957)
Depreciações e amortizações	(70.397)	(58.820)	(135.493)	(110.918)
Serviços técnicos especializados e de terceiros	(67.261)	(39.170)	(115.143)	(61.912)
Aluguéis	(16.436)	(6.494)	(28.421)	(11.479)
Propaganda e publicidade	(7.458)	(44.235)	(15.091)	(62.765)
Despesas legais e jurídicas	(5.091)	(1.197)	(10.429)	(2.128)
Comunicações	(4.604)	(8.324)	(8.911)	(10.441)
Transportes e viagens	(2.101)	(4.948)	(6.538)	(8.363)
Manutenção e conservação de bens	(3.576)	(2.340)	(5.855)	(3.380)
Indenizações judiciais diversas	(1.061)	(3.468)	(2.846)	(4.046)
Serviços de vigilância e segurança	(862)	(1.940)	(2.495)	(4.292)
Água, energia e gás	(1.033)	(1.997)	(2.115)	(2.913)
Promoções e relações públicas	(892)	-	(1.671)	-
Material	(821)	(819)	(1.656)	(1.280)
Seguros	(775)	(546)	(1.434)	(978)
Outras	(5.163)	(6.746)	(21.476)	(14.606)
Total	(458.592)	(345.535)	(773.581)	(555.971)

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

20. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
COFINS	(45.024)	(28.408)	(69.592)	(51.899)
ISSQN	(13.341)	(3.225)	(20.900)	(4.647)
PIS/PASEP	(9.522)	(4.820)	(14.083)	(8.640)
Outras	(1.221)	–	(3.961)	–
Total	(69.108)	(36.453)	(108.536)	(65.186)

21. OUTRAS RECEITAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Reversão de provisões operacionais	11.800	1.931	38.272	1.875
Recuperação de encargos e despesas	28.699	3.592	36.999	3.788
Rendas por antecipação de obrigações de transações de pagamento ⁽²⁾	37.554	–	27.775	–
Reversão de provisões cíveis ⁽¹⁾	2.280	(3.463)	15.361	–
Reversão de provisão para fianças não honradas ⁽¹⁾	92	–	4.432	–
Programas de incentivo de cartões	80	1.068	1.399	1.420
Atualização de depósitos judiciais	333	431	1.013	703
Atualização de impostos a compensar	312	1.080	880	2.228
Propaganda e publicidade	134	–	671	–
Atualização monetária	6	369	8	4.331
Reversão de provisões trabalhistas ⁽¹⁾	(14.659)	–	–	–
Lucro na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	(301)	–	–	–
Outras ⁽¹⁾	(18.588)	(688)	–	6
Total	47.742	4.320	126.810	14.351

⁽¹⁾ Os saldos das colunas 01/01 a 31/12/2020 e 2019 estão apresentados pelo resultado líquido do confronto entre as receitas e despesas de mesma natureza.

⁽²⁾ Rendas junto à instituições participantes de arranjo de pagamento (nota 5.d).

22. OUTRAS DESPESAS

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Programa de recompensas em cartões	(10.445)	(8.468)	(20.677)	(12.579)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens ⁽¹⁾	(20.648)	(695)	(20.648)	(4.374)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(6)	(53)	(9.142)	(71)
Contas pré pagamento	(6.372)	(525)	(8.372)	(525)
Provisões trabalhistas ⁽¹⁾	20.574	(15.913)	(6.541)	(18.909)
Prejuízos operacionais	(1.027)	(2.438)	(3.902)	(4.938)
Prejuízo na alienação de valores e bens ⁽¹⁾	(591)	(2.320)	(785)	(4.023)
Comissões	(64)	–	(114)	–
Provisões cíveis ⁽¹⁾	1.454	(5.801)	–	(8.992)
Provisão para fianças não honradas ⁽¹⁾	100	–	–	(4.127)
Outras ⁽¹⁾	22.215	9.138	(36.045)	13.104
Total	5.190	(27.075)	(106.226)	(45.434)

⁽¹⁾ Os saldos das colunas 01/01 a 31/12/2020 e 2019 estão apresentados pelo resultado líquido do confronto entre as receitas e despesas de mesma natureza.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

23. PARTES RELACIONADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os benefícios de curto prazo recebidos pelo pessoal chave da administração do conglomerado somaram R\$ 31.676 (R\$ 29.293 em 31 de dezembro de 2019).

Os benefícios de rescisão e contrato de trabalho que consistem na utilização do plano de saúde de 2 a 9 meses após o desligamento não geraram gastos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. (R\$ 30 em 31 de dezembro de 2019).

O conglomerado não remunera seus administradores com benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e pagamento baseado em ações.

O conglomerado não concedeu empréstimos ao pessoal chave da administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

O conglomerado realiza transações bancárias com partes relacionadas, tais como depósitos remunerados e não remunerados e antecipação de recebíveis. Dentre as principais empresas do grupo J&F, destacamos a JBS S/A, a JBS Aves Ltda, a Seara Comércio de Alimentos Ltda, a Flora Produtos de Higiene e Limpeza S/A, a Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limpeza Ltda e a J&F Investimentos S/A.

						31/12/2020
	Empresas do grupo J&F	Entidade contro- ladora (1)	Entidades contro- ladadas (2)	Pessoal chave da adminis- tração	Outras partes relacio- nadas	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes	143.790	–	76.189	–	–	219.979
Instrumentos financeiros	–	–	1.157.930	–	–	1.157.930
Outros ativos	424.282	136.840	39.885	–	–	601.007
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775	33.220	1.240.867
Outros passivos	–	–	16.467	–	–	16.467
						01/01 a 31/12/2020
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	113.429	–	130	–	–	113.559
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(3.235)	(3)	(150)	(620)	(1.248)	(5.256)
Outras receitas e despesas	(6.632)	–	(81.883)	–	–	(88.515)
						01/07 a 31/12/2020
Resultado						
Rendas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	14.848	–	130	–	–	14.978
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(1.809)	(1)	(107)	(291)	(615)	(2.823)
Outras receitas e despesas	(3.725)	–	(81.883)	–	–	(85.608)

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

						<u>31/12/2019</u>
	Empresas do grupo J&F	Entidade contro- ladora ⁽¹⁾	Entidades contro- ladas ⁽²⁾	Pessoal chave da adminis- tração	Outras partes relacio- nadas	<u>Total</u>
Ativos						
Instrumentos financeiros	176.538	-	-	-	-	176.538
Outros ativos	1.493.873	-	-	-	-	1.493.873
Passivos						
Depósitos e demais instrumentos financeiros	725.526	8	135.777	42.076	-	903.387
						<u>01/01 a 31/12/2019</u>
Resultado						
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(8.560)	(1)	(4.691)	(1.494)	-	(14.746)
Outras receitas e despesas	20.887	-	-	-	-	20.887

⁽¹⁾ J&F Participações S/A

⁽²⁾ Original Asset Management Ltda, Original Corporate Corretora de Seguros Ltda, Original APP Ltda, PicPay Serviços S/A e FIDC PicPay.

24. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes.

Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados.

O conglomerado segrega suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras.

As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira trading do conglomerado. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são:

- *Value at Risk (VaR)* Paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira;

- *Stress Test*;

- *Stop Loss*.

Aqueles classificados como banking possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

curvas de juros. A mensuração e o reporte à administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira trading - dez/20	Value at risk	31/12/2020	31/12/2019
Fator de risco	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	481	351	91
Boi gordo	0	0	5
Soja	0	0	108
Moedas estrangeiras	1.408	196	317
Índice bolsa	6	0	0
Ação bovespa	852	678	54.160
Exposição com correlação	1.033	804	53.276

Carteira banking - dez/20	Teste estresse	31/12/2020	31/12/2019
Risco	Média	Fechamento	Fechamento
Risco de taxa de juros	56.923	52.348	2.798

Destaca-se que a redução relevante do value at risk (VaR) na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações da JBS. O aumento do valor do risco de taxa de juros foi resultado da mudança de modelo de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do comitê de Basileia e das disposições das regulamentações vigentes.

O conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes:

Risco de crédito - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas.

Risco de mercado - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de liquidação.

Risco de liquidez - Possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Risco operacional - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos.

Gestão de capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

a. Gerenciamento de riscos operacionais

Segundo a resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do conglomerado, danos a ativos físicos próprios ou de uso pelo conglomerado, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do conglomerado e conseqüentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado.

A estrutura de risco operacional do conglomerado visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais o conglomerado está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos.

b. Gerenciamento de riscos de mercado

O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atendem ainda os requisitos da resolução nº 4.557/17 do Bacen.

A análise de exposição das carteiras do conglomerado é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR).

Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são:

- VaR (valor em risco)
- Stress test
- Stop loss
- Análise de sensibilidade

c. Gerenciamento de riscos de liquidez

As diretrizes da alta administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a resolução nº 4.557/17 do conglomerado. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR.

A diretoria de riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do conglomerado. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez.

Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

Os pilares que estruturam estas análises são:

- Fluxo de caixa
- Teste de estresse
- Caixa mínimo

d. Gerenciamento de riscos de crédito

Conforme a resolução nº 4.557/2017 do Bacen, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento.

À diretoria de riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensurá-los, avaliá-los, monitorá-los e reportá-los. Cabe ainda à diretoria de riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para devedores duvidosos da carteira de crédito.

e. Gerenciamento de risco socioambiental

Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o conglomerado possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidos. A PRSA do conglomerado é um instrumento de gestão integrada que abrange:

Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o conglomerado possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: conselho de administração - órgão máximo da governança do conglomerado, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; comitê executivo de gestão integrada de riscos - propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; comitê de risco operacional e controles internos (CROCI) - órgão nomeado pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; comitê de ética - órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de controles internos, riscos e compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

25. SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWA).

O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo conglomerado.

No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência Nível I	1.030.622	1.375.393
Patrimônio de referência (Níveis I e II)	1.030.622	1.375.393
RWA - Ativos ponderados pelo risco	10.203.294	10.376.218
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	8.653.764	8.570.045
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	88.309	596.303
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.461.221	1.209.870
Índice de Basileia III e II	10,1%	13,3%

No exercício de 2020, o conglomerado mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br.

Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

26. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a. Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 280.829 (R\$ 358.854 em 31 de dezembro de 2019), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor atualizado	Provisão	Valor atualizado	Provisão
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	–	–	20.961	383
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	262.429	1.487	304.487	5.526
Outras fianças bancárias	18.399	118	33.406	128
Total	280.828	1.605	358.854	6.037

b. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, as unidades de negócio do conglomerado estavam seguradas mediante sete apólices, cuja cobertura total somava R\$ 427.880. O prêmio pago foi de R\$ 1.042.

c. Plano de aposentadoria e pensões

O conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao conglomerado as exigências dispostas na deliberação CVM nº 695/2012.

d. Plano de saúde - benefício pós emprego

O conglomerado é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.504 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019).

e. Combate aos efeitos da COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça.

O conglomerado, em linha com CMN e o Bacen, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo Coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital.

Cabe destacar que o conglomerado manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o home office como prática para grande parte de seus colaboradores.

Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o Coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações contábeis, bem como a manutenção de suas operações.

Conglomerado Prudencial

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

f. Resultado recorrente e não recorrente

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado líquido	(141.681)	(6.661)	(481.121)	(3.535)
Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários	–	38.045	–	38.045
Majoração de alíquota da CSLL - crédito tributário	–	38.045	–	38.045
Resultado recorrente	(141.681)	(44.706)	(481.121)	(41.580)

27. ACORDO DE COLABORAÇÃO DE EXECUTIVOS E EX-EXECUTIVOS E DE LENIÊNCIA DA JBS S.A. E J&F INVESTIMENTOS S.A.

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. (“J&F”), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original), celebrou acordo de leniência com o MPF (“acordo”), e o Banco Original S.A. aderiu formalmente ao acordo em 4 de outubro de 2017.

Em decorrência dos acontecimentos, a administração do conglomerado, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. (“assessores”), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no conglomerado.

Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do acordo, foi constituído um comitê de supervisão independente (“comitê”) para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse comitê ratificou a contratação dos assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais.

A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a administração do conglomerado ou seus empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em assembleia geral extraordinária de 29 de janeiro de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da controlada PicPay, no montante de R\$ 129.500, mediante a emissão, subscrição e integralização de 153.842 ações, sendo 76.291 ordinárias e 76.291 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esta deliberação está em processo de aprovação pelo BACEN.

Em 19 de fevereiro de 2021, o Banco Original alienou a totalidade das ações da controlada PicPay pelo valor de R\$ 258.390, gerando resultado líquido dos efeitos tributários no montante de R\$ 39.095.

ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Alexandre Correa Abreu

Diretor Presidente

Érico de Arruda Holanda

Diretor

Marcelo Rosas Betine

Contador

CRC 1 PR044644/"O"-6 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria (comitê) do Conglomerado Prudencial Original (conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial.

O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao conselho de administração (conselho).

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da administração do conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da administração do conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A administração do conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A auditoria interna é diretamente subordinada ao conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do conglomerado.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado e que foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280, aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O comitê reuniu-se 13 vezes no exercício de 2020 (12 vezes no exercício de 2019) e fez 77 reuniões (83 no exercício de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial de 31 de dezembro de 2020.

Nenhuma recomendação foi emitida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com a Resolução CMN nº 4.280, aplicável às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do conglomerado.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Com base nas informações recebidas, o comitê de auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do conglomerado.

O comitê de auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à administração a aprovação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021.

O comitê de auditoria

Conglomerado Prudencial

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do****Banco Original S.A. (instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original)***São Paulo - SP***Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial Banco Original (“Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas. Essas demonstrações contábeis consolidadas de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BCB), descritos na nota explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Prudencial Banco Original em 31 de dezembro de 2020 o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do CMN e regulamentações complementares do BCB, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa no. 27 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Conglomerado para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280,

Conglomerado Prudencial

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

do CMN, e regulamentações complementares do BCB. Consequentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais

O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado Prudencial Banco Original, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 2 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial

A administração do Conglomerado é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BCB, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial a não ser que a administração pretenda liquidar o Conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Conglomerado Prudencial

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especial - Auditoria de Demonstrações contábeis de acordo com Estruturas Conceituais e Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Conglomerado Prudencial

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 2 de março de 2021



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Andre Dala Pola

Contador CRC 1SP214007/O-2